



RESUMO EXPANDIDO SUBMETIDO AO XXVI ENID - 2024 - UFPB O CAMINHAR COLETIVO ENTRE PROFESSOR E MONITORES PARA O BOM ANDAMENTO DA DISCIPLINA: UMA ANÁLISE ACERCA DO TRABALHO FEITO EM DIREITO PENAL I E II

Jéssica Miranda Cabral Sousa;
Joabe Rodrigues Araújo;
Ester Melo dos Passos;
Maria Clara Nascimento Barros Silva;
Sabrina Bom Tempo Cavalcante Cunha;
Vitória Costa Pereira;
Alcides Leite de Amorim;
Gustavo Barbosa de Mesquita Batista

Programa de Monitoria

CCJ - Centro de Ciências Jurídicas Campus I - João Pessoa

INTRODUÇÃO

O estudo do Direito Penal é imprescindível na formação basilar de um futuro profissional do Direito, de modo a compreender melhor os institutos jurídicos de controle do Estado via sanção. É por meio do conjunto de normas penais que o Estado conseguirá exercer seu poder punitivo, e que serve para pautar os comportamentos daqueles que vivem em sociedade. Neste sentido, a oferta curricular das disciplinas de Direito Penal I e II proporciona o primeiro contato dos alunos com o Código Penal, em que se estuda do artigo 1º até o 120, mediante debates doutrinários e legislativos, acerca dos institutos lecionados. Para tanto, a relação triangular entre professor, turma e monitores torna-se fundamental a fim de efetivar a transmissão do conteúdo da melhor forma possível, pois estes se tornam verdadeiros canais de comunicação, favorecendo às turmas um diálogo mais conciso com o docente, bem como se disponibilizam a sanar eventuais dúvidas de modo mais rápido para os alunos.

METODOLOGIA

Este resumo expandido visa a relatar a experiência vivenciada pelos monitores da disciplina de Direito Penal I e II, bem como esclarecer os métodos utilizados com o intuito de fomentar o ensino e a aprendizagem dos discentes.

Durante o decorrer dos semestres, a atuação dos monitores foi altamente ativa, principalmente por meio dos grupos em WhatsApp e contato direto feito entre os alunos. Desenvolveu-se um e-book, com base na obra de Cléber Masson, que resume toda a Parte Geral do Código Penal, e foi posto aos alunos como forma de material de apoio. Além disso, foram elaboradas várias questões autorais, a fim de revisar em aula os principais conceitos estudados, e também proporcionar encontros para resolução de questões de concursos via Google Meet. Complementando, foram propostos casos práticos como forma de explorar o pensamento crítico-jurídico, a fim de aplicar na prática aquilo que fora visto de forma teórica. Assim, em se tratando da metodologia para este resumo, fez-se uso de pesquisa qualitativa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A aplicação da monitoria de Direito Penal trouxe resultados extremamente positivos, conforme demonstrado pelos dados coletados em um questionário aplicado ao final do processo para garantir o feedback dos alunos. As perguntas avaliaram tanto a relevância dos monitores para o andamento da disciplina quanto a eficácia de sua atuação em atividades como fóruns de dúvidas, disponibilização de resumos e materiais, revisões pré-prova e outras formas de suporte acadêmico. O cômputo das respostas revela indicadores positivos, senão vejamos:

Imagem 1

Os monitores efetivamente ajudaram vocês ao longo do período, via fórum de dúvidas, disponibilização de resumos e materiais, revisões antes da prova e outras atividades?

 Copiar

34 respostas

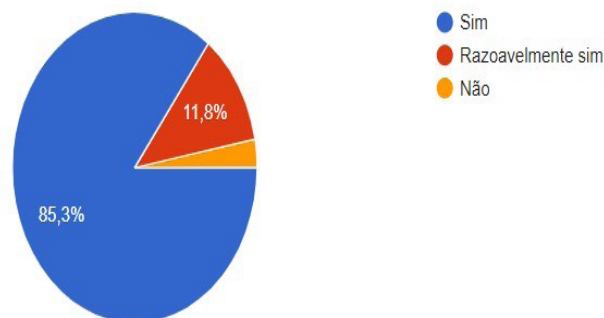


Imagem 2

Você considera que os monitores foram cruciais para o andamento da disciplina, bem como para estabelecer uma melhor comunicação com o professor?

 Copiar

34 respostas



Os resultados mostraram que mais de 85% dos alunos avaliaram positivamente o papel dos monitores, considerando-os cruciais para o andamento da disciplina e efetivos na prestação de apoio ao longo do período.

Essa estatística reforça o sucesso da estratégia adotada, que envolveu uma abordagem pedagógica de proximidade entre monitores e alunos. As revisões espaçadas, com foco no dia anterior à prova, foram um dos pilares dessa metodologia, permitindo aos alunos consolidar o conhecimento em momentos-chave, evitando a sobrecarga de informação e aumentando a confiança no conteúdo.

Essa estrutura foi potencializada pelo papel ativo dos monitores, que se encarregaram não apenas de elaborar, mas também de corrigir as provas, fornecendo feedbacks detalhados sobre os erros cometidos. O feedback não era apenas uma correção sumária, mas sim um momento de aprendizagem, no qual os monitores justificavam as respostas incorretas e indicavam caminhos para o aprimoramento. Outro fator importante foi a atuação constante dos monitores fora do ambiente de sala de aula. O uso de fóruns de dúvidas, a oferta de resumos e a criação de materiais extras garantiram que os alunos tivessem acesso a suporte contínuo durante todo o período.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência da monitoria em Direito Penal apresentou resultados concretos no aprimoramento do processo de ensino-aprendizagem, demonstrando sua eficácia ao integrar teoria e prática de forma dinâmica e próxima aos alunos. A estratégia de revisões espaçadas, realizadas no dia anterior às avaliações, aliada à elaboração e correção das provas pelos próprios monitores, permitiu não apenas um aprofundamento técnico no conteúdo, mas também uma compreensão mais crítica dos conceitos trabalhados. O feedback individualizado, fundamentado na justificativa dos erros e acertos, atuou como um instrumento pedagógico valioso, ampliando a capacidade reflexiva dos estudantes e corrigindo suas dificuldades de forma direta e objetiva.

Assim sendo, destaca-se que as atividades desenvolvidas ao longo da monitoria foram determinantes não apenas para a consolidação do conhecimento na parte geral do Código Penal, mas também para a promoção de um ambiente acadêmico colaborativo e estimulante.

REFERÊNCIAS

MASSON, Cleber. Direito Penal: Parte Geral (arts. 1º a 120). v.1. 18th ed. Rio de Janeiro: Método, 2024. E-book. p.Capa. ISBN 9786559649501.

GRECO, Rogério. Direito Penal Estruturado. 3rd ed. Rio de Janeiro: Método, 2023. E-book. p.Capa. ISBN 9786559647651.

BARROS, Flávio Augusto Monteiro de. Direito Penal Parte Geral. V.1. São Paulo: Saraiva, 2006. JESUS, Damásio de. Direito Penal, volume 1: parte geral. 32 ed. São Paulo: Saraiva, 2011